



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

À Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações,

Esta DGP retorna o presente expediente, referente à cessão da servidora FABRICIA BRAGA DE SOUZA, matrícula nº [REDACTED] lotada na Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim, sugerindo que sejam adotadas providências necessárias à formalização do convênio a ser firmado junto a Prefeitura Municipal de Casa Nova, conforme portaria Municipal nº 210/2019 de 27 de agosto de 2019, cópia anexa.

Visando subsidiar a formalização, informamos que a servidora acima recebe remuneração exclusivamente paga por este Ministério Público e que os encargos sociais decorrente da remuneração são também recolhidos por este Parquet, não havendo necessidade de nenhum reembolso para a Prefeitura de Casa Nova.



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 28/12/2020, às 13:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0066229** e o código CRC **4017EC19**.

**COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 71/2019**

Salvador, 11 de setembro de 2019

Simp.Net

**De:** Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP  
Everaldo de Souza Alves

Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Número: **003.0.30063/2019**  
Data: 11/9/2019 Hora: 11:47  
Qt.Vol.: Recebido por: jeane

**Para:** Chefia de Gabinete  
Dr. Marcelo Henrique Guimarães Guedes

Excelentíssimo Senhor Doutor,

Encaminhamos anexo Ofício nº249/2019, no qual doutora Aline Curvêlo Tavares Sá solicitou à Prefeitura de Casa Nova a cessão da servidora FABRICIA BRAGA DE SOUZA, bem como, Portaria nº210/2019 com a referida disponibilidade, para que a mesma fosse nomeada para ocupar o cargo de Assessor Técnico Jurídico de Promotoria, outrora consolidado mediante Ato nº 358/2019 de 05/08/2019, publicado no DJE de 06/08/2019, para conhecimento com posterior devolução a esta DGP.

Respeitosamente,

  
Everaldo de Souza Alves

Diretor

02  
02

**OFÍCIO Nº 249/2019**

Ao Excelentíssimo Senhor  
**WILKER OLIVEIRA TORRES**  
Prefeito Municipal de Casa Nova/BA

Exmo. Sr. Prefeito,

Sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência a cessão da servidora **FABRÍCIA BRAGA DE SOUZA**, inscrita sob o CPF n. [REDACTED] RG n. [REDACTED], servidora deste Município, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Sociais, cadastro nº. 10253, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a fim de que a mesma possa estar à disposição do Ministério Público do Estado da Bahia para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico Jurídico da 2ª Procuradoria Jurídica de Senhor do Bonfim conforme Ato Normativo 12/2019 com esteio na lei Estadual 14.044/2018 com ônus para o Ministério Público do Estado da Bahia.

Respeitosamente,

De Senhor do Bonfim para Casa Nova, 27 de agosto de 2019.

ALINE CURVELO  
TAVARES DE  
SA: [REDACTED]  
Assinado de forma digital por  
ALINE CURVELO TAVARES DE  
SA: [REDACTED]  
Data: 2019.08.27 06:55:25  
+03'00'

**ALINE CURVÊLO TAVARES SÁ**  
*Promotora de Justiça Titular*  
*Coordenadora da Regional de Senhor do Bonfim*

## Prefeitura Municipal de Casa Nova publica:

- PORTARIA Nº 210/2019



**Imprensa Oficial**  
**UMA GESTÃO LEGAL E TRANSPARENTE.**

REDE  
GERAL  
SERVICOS  
LTDA:08241  
186000182

Assinado de forma  
digital por REDE  
GERAL SERVICOS  
LTDA:08241186000  
182  
Dados: 2019.08.27  
16:24:35 -03'00'

**Acompanhe!**

Praça Dr. Gilson Viana de Castro, S/N, Casa Nova - Bahia. | Tel.: 74.3536-2264 | Gestor (a): Wilker Oliveira  
Torres | [www.pmcasanova.diariooficialba.com.br](http://www.pmcasanova.diariooficialba.com.br)



# DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA NOVA - BA

Terça-feira  
27 de Agosto de 2019  
Ano III - N° 117



PORTARIA N° 210/2019, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

**"Dispõe sobre a cedência dos servidores públicos municipais que especifica e dá outras providências".**

O Prefeito Municipal de Casa Nova, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em cumprimento as regulamentações pertinentes, e ainda,

**Considerando** a necessidade de se observar os princípios constitucionais para os atos da administração pública;

**Considerando** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88);

**Considerando** que a remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, observado o interesse da administração, a equivalência de vencimentos e a manutenção da essência das atribuições e requisitos do cargo;

**Considerando** que o servidor público não goza de inamovibilidade;

**Considerando** a cooperação técnica entre os convenientes através de cessão de servidores;

**Considerando** as informações trazidas que não haverá ônus para Município;

**Considerando** o parecer da Procuradoria Geral do Município;


## RESOLVE:

**Art. 1º** - Ceder a servidora FABRICIA BRAGA DE SOUZA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com ônus para o MP/BA, para ocupar cargo de provimento em comissão.

**Art. 2º** - A cessão ocorrerá a partir do dia 01 de setembro de 2019.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Casa Nova, Estado da Bahia, em 27 de agosto 2019.

  
**WILKER OLIVEIRA TORRES**  
Prefeito Municipal

CNPJ/MF 13.691.811/0001-28  
Praça Doutor Gilson Viana de Castro, S/N - Centro - Casa Nova/Bahia - CEP 47.300-000.



**DESPACHO**

- Ciência da Procuradoria Geral de Justiça.
- Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, para adoção das providências necessárias à formalização do Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado junto a Prefeitura Municipal de Casa Nova, conforme Portaria Municipal nº 210/2019, de 27 de agosto de 2019.

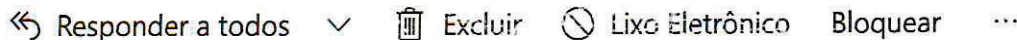
Em 25 de setembro de 2019.

**MARCELO HENRIQUE G. GUEDES**

Promotor de Justiça  
Chefe de Gabinete

A

AS: 06

 Responder a todos Excluir Lixo Eletrônico Bloquear ...**RE: Cessão de servidor**

SS

Simone Tourinho Santana

Qua, 22/01/2020 16:29

Paula Souza de Paula; planejamentorh; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Coi



A servidora Fabrícia Braga de Souza foi nomeada para o cargo de Assessor Técnico Jurídico de Promotoria - Edital 358/2019 DJE 06.08.19 e tomou posse em 02.09.2019 na 2ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim, se encontrando em efetivo exercício.

---

**De:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>**Enviado:** quarta-feira, 22 de janeiro de 2020 16:00**Para:** planejamentorh <planejamentorh@mpba.mp.br>**Cc:** Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>**Assunto:** Cessão de servidor

Prezados,

Esta Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios recebeu demanda oriunda do Gabinete da Procuradora Geral de Justiça para celebração de acordo de cooperação técnica com a Prefeitura Municipal de Casa Nova de modo a viabilizar a cessão, com ocupação de cargo comissionado (Assessor Técnico Jurídico), da servidora municipal Fabrícia Braga de Souza.

Deste modo, considerando as nomeações de Assessores ocorridas no segundo semestre do ano de 2019, e a fim de instruir adequadamente a demanda, solicitamos informações acerca da nomeação, e eventual posse, da servidora acima referida.

Cordialmente,

**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0540 – [paula.paula@mpba.mp.br](mailto:paula.paula@mpba.mp.br)





Ata(s) 02  
Ass. [assinatura]

Ref.: Cessão de Servidor  
Protocolo SIMP nº 003.0.30063/2019

## DESPACHO

Ante a demanda oriunda do Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça e considerando que:

1. A servidora Fabrícia Braga de Souza foi nomeada para o cargo de Assessor Técnico Jurídico de Promotoria - Edital 358/2019 - DJE 06.08.19 e tomou posse em 02.09.2019 na 2ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim (doc. anexo);
2. Após pesquisa legislativa, bem como junto ao CNMP, ao Executivo Estadual e ao TJBA, verificou-se que os órgãos, em regra, normatizam as cessões/requisições por meio de instrumentos normativos internos próprios (Decretos, resoluções e portarias) os quais estabelecem normas gerais, aplicáveis a todas as cessões/requisições de servidores de que sejam parte. Deste modo, as cessões/requisições (caso sob comento), são formalizadas mediante Ato designatório (portarias/decretos) do órgão Cedente, sem necessidade de celebração de Acordos ou Convênios, tendo em vista que as regras aplicáveis estão previamente estabelecidas em atos normativos internos próprios;
3. Não constam regulamentos internos próprios que normatizem a cessão/requisição de servidores;

Encaminhamos o procedimento à Diretoria de Gestão de Pessoas para que informe a esta Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios os termos e condições da relação entre os órgãos cedente x cessionário, esclarecendo especialmente:

1. Prazo de vigência do Termo de Cooperação/Convênio;
2. Sistemática de pagamento/ressarcimento entre os entes. Neste tocante, considerando que a servidora foi cedida com Ônus ao MP/BA (Portaria nº 210/2019 da Prefeitura Municipal de Casa Nova - doc. de fl. 04), sugerimos que conste no termo a informação acerca da opção pela remuneração do Cargo que ela atualmente ocupa;
3. Sistemática de manutenção/não das vantagens atinentes à carreira originária da servidora, e de que modo tais valores serão remunerados;
4. Sistemática relativa ao recolhimento previdenciário da servidora e os impactos da mesma no sistema previdenciário especial (caso o município possua regime especial de previdência para os servidores dos seus quadros);
5. Obrigações atinentes aos órgãos cedente e cessionário, conforme regime de ressarcimento/indenização adotados (caso cabível);
6. Indicação de Dotação Orçamentária a suportar as despesas decorrentes da cessão, inclusive as que se referem ao pagamento de auxílio-transporte, alimentação, e encargos patronais (caso aplicável);





Ressaltamos que as observações acima levam em consideração a análise comparativa dos instrumentos normativos de órgãos diversos da Administração Pública, bem como as regras adotadas quando da celebração de Acordo de Cooperação junto ao Ministério Público do Estado de Sergipe para cessão de servidor do quadro do MPBA àquele órgão.

Por fim, sugerimos a análise da viabilidade de normatização interna acerca das cessões e requisições de servidores, de modo a conferir tratamento uniforme às demandas, bem assim promover maior celeridade nos procedimentos para formalização das mesmas.

Em 05 de fevereiro de 2020.

**Carlos Bastos Stucki**  
**Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações**  
Diretor



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Considerando o teor do Despacho de lavra do Diretor de Contratos, Convênios e Licitações (último documento que instrui o procedimento SIMP nº 003.0.30063/2019- anexado ao presente sob o número de identificação 0066231), carece o presente dos seguintes esclarecimentos/informações:

1. Prazo de vigência do ajuste a ser celebrado;
2. Sistemática de manutenção/não das vantagens atinentes à carreira de origem da servidora cedida, e de que modo tais valores serão remunerados (caso sejam remunerados);
3. Indicação da dotação orçamentária que dá suporte às despesas decorrentes da cessão;

Ademais, para finalização da minuta do ajuste a ser celebrado entre as partes, faz-se necessário esclarecer/informar:

4. O valor mensal estimado para a despesa com a cessão;
5. Se o dispositivo abaixo formulado se aplica ao caso sob comento:

*"O valor mensal indicado poderá sofrer variações no curso da vigência deste Acordo, em razão do enquadramento do(s) servidor(es) cedido(s) para a percepção de direito/vantagem pessoal, ou acréscimo regulamentado aplicável sobre valores correspondentes a encargos devidos e/ou remunerações, direitos ou vantagens já percebidos".*

Ressaltamos, no ensejo, que já há uma versão preliminar da minuta (a qual seja anexa ao presente despacho), carecendo das informações solicitadas para sua finalização.

Salvador, 21 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 21/01/2021, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0071662** e o código CRC **C17BE005**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

À Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações,  
Em resposta ao despacho, temos a informar:

1. Prazo de vigência do ajuste a ser celebrado;

R= Entendemos que quem tem que definir o prazo é o Gabinete;

2. Sistemática de manutenção/não das vantagens atinentes à carreira de origem da servidora cedida, e de que modo tais valores serão remunerados (caso sejam remunerados);

R= Esta DGP não tem conhecimento e nem como acompanhar a legislação que regulamenta a carreira de origem da servidora

3. Indicação da dotação orçamentária que dá suporte às despesas decorrentes da cessão;

Ademais, para finalização da minuta do ajuste a ser celebrado entre as partes, faz-se necessário esclarecer/informar:

4. O valor mensal estimado para a despesa com a cessão;

R= A média mensal é de R\$ 3.659,60 (três mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos)

5. Se o dispositivo abaixo formulado se aplica ao caso sob comentário:

R= O cargo que a servidora ocupa no MP é exclusivamente em comissão, esta DGP entende que o dispositivo abaixo não se aplica a este caso.

*"O valor mensal indicado poderá sofrer variações no curso da vigência deste Acordo, em razão do enquadramento do(s) servidor(es) cedido(s) para a percepção de direito/vantagem pessoal, ou acréscimo regulamentado aplicável sobre valores correspondentes a encargos devidos e/ou remunerações, direitos ou vantagens já percebidos".*



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 27/01/2021, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0073796** e o código CRC **84D3C961**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Cuida-se de procedimento para celebração de ajuste entre este *parquet* e o Município de Casa Nova para estabelecer a regulamentação da cessão da servidora Fabrícia Braga, pertencente aos quadros do referido ente municipal, para ocupar cargo comissionado de Assessor jurídico neste Ministério Público do Estado da Bahia.

Após a manifestação da Diretoria de Gestão de Pessoas, esta Coordenação cuidou de estabelecer contato com o ente municipal a fim e que avaliassem e complementassem a minuta, conforme regime jurídico aplicável àquele ente.

Diversas tentativas de interlocução foram estabelecidas por esta Coordenação, sem que houvesse qualquer manifestação formal do município acerca de ajustes a serem realizados (e-mails anexos), havendo, apenas, o encaminhamento, sem qualquer esclarecimento, da minuta assinada pelo ente.

Deste modo, esta Coordenação retornou ao município informando que, considerando o encaminhamento da minuta assinada, assumiríamos o ato como manifestação de anuência e submeteríamos o documento para análise da Assessoria Jurídica do *parquet* antes da coleta de assinatura da Procuradora-Geral de Justiça, em respeito aos trâmites administrativos a serem observados em demandas desta natureza.

Feitas tais considerações, encaminhamos a minuta assinada pelo ente municipal, para análise e manifestação da Assessoria Jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/05/2021, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0129735** e o código CRC **8BFEEE72**.



## RE: Convênio - cessão de servidor

Carlos Bastos Stucki <carlos.stucki@mpba.mp.br>

Ter, 20/04/2021 16:35

**Para:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>; gabinete@casanova.ba.gov.br <gabinete@casanova.ba.gov.br>; procuradoria@casanova.ba.gov.br <procuradoria@casanova.ba.gov.br>; Natali Rabelo de Lima <natali@mpba.mp.br>

**Cc:** Fabrícia Braga de Souza <fabricia.souza@mpba.mp.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

Natali,

Peço seu apoio para tentar algum retorno com a promotoria de Casa Nova, há mais de um mês que tentamos contato e não há nenhum retorno.

Att,

Carlos Stucki

Diretor

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0111

---

**De:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

**Enviado:** terça-feira, 20 de abril de 2021 16:22

**Para:** gabinete@casanova.ba.gov.br <gabinete@casanova.ba.gov.br>; procuradoria@casanova.ba.gov.br <procuradoria@casanova.ba.gov.br>

**Cc:** Fabrícia Braga de Souza <fabricia.souza@mpba.mp.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

**Assunto:** RE: Convênio - cessão de servidor

Reiteramos o teor dos e-mails encaminhados em 12/03/2021 e 19/03/2021.

Cordialmente,

**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – [paula.paula@mpba.mp.br](mailto:paula.paula@mpba.mp.br)

---

**De:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

**Enviado:** sexta-feira, 19 de março de 2021 12:52

**Para:** gabinete@casanova.ba.gov.br <gabinete@casanova.ba.gov.br>; procuradoria@casanova.ba.gov.br <procuradoria@casanova.ba.gov.br>

**Cc:** Fabrícia Braga de Souza <fabricia.souza@mpba.mp.br>; Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

**Assunto:** ENC: Convênio - cessão de servidor

Prezados,

Reiteramos o teor do e-mail abaixo, de 12/03/2021.

Cordialmente,  
**Paula Souza de Paula Marques**  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Superintendência de Gestão Administrativa  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Tel.: (71) 3103-0543 – [paula.paula@mpba.mp.br](mailto:paula.paula@mpba.mp.br)

---

**De:** Paula Souza de Paula

**Enviado:** sexta-feira, 12 de março de 2021 12:45

**Para:** gabinete@casanova.ba.gov.br <gabinete@casanova.ba.gov.br>; procuradoria@casanova.ba.gov.br <procuradoria@casanova.ba.gov.br>

**Cc:** Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios <contratos@mpba.mp.br>

**Assunto:** Convênio - cessão de servidor

Prezados,

A Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios, unidade administrativa vinculada à Diretoria de Contratos, Convênios de Licitações do Ministério Público do Estado da Bahia, foi demandada pela Diretoria de Gestão de Pessoas deste MP para elaborar minuta de Convênio a ser formalizado junto à Prefeitura de Casa Nova para regulamentar a cessão da servidora Fabrícia Braga de Souza a este Ministério Público.

Neste sentido, instauramos procedimento administrativo interno para a formalização do mencionado ajuste. Entretanto, para que possamos dar continuidade ao trâmite processual, precisamos esclarecer alguns pontos que carecem de informações do ente municipal para finalização do instrumento a ser assinado pelas partes.

Deste modo, encaminhamos anexa versão preliminar da minuta do ajuste mencionado para análise e complementação do ente municipal, de modo que possamos construir um instrumento que regulamente adequadamente a cessão da servidora acima mencionada.

Ressaltamos, por fim, que, após a finalização do instrumento, submeteremos o mesmo, juntamente com os documentos relativos à cessão da servidora, à análise da Assessoria Jurídica deste MP para atendimento ao artigo 75 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,  
**Paula Souza de Paula Marques**  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Superintendência de Gestão Administrativa  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Tel.: (71) 3103-0543 – [paula.paula@mpba.mp.br](mailto:paula.paula@mpba.mp.br)

## RE: Cessão

Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Ter, 27/04/2021 08:44

Para: procuradoria@casanova.ba.gov.br <procuradoria@casanova.ba.gov.br>

 1 anexos (72 KB)

Cessão de servidora - CASA NOVA - SEI 19.09.00868.0012931-2020-63 - V2.docx;

Prezados,

A minuta encaminhada nos e-mails anteriormente enviados por esta Coordenação, carecia de complementação pelo Município.

Neste sentido, esclarecemos que todos os itens destacados em amarelo cuidam-se de informações que dependem de manifestação do órgão municipal.

Neste sentido, re-enviamos a minuta (doc anexo) para complementação ou esclarecimentos adicionais por este município para que possamos enviar para análise da nossa Assessoria Jurídica.

Cordialmente,

**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – [paula.paula@mpba.mp.br](mailto:paula.paula@mpba.mp.br)

---

**De:** procuradoria@casanova.ba.gov.br <procuradoria@casanova.ba.gov.br>

**Enviado:** quinta-feira, 22 de abril de 2021 11:14

**Para:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

**Assunto:** Cessão

Bom dia, acuso o recebimento do email sobre a cessão da servidora FABRÍCIA BRAGA DE SOUZA, do Município de Casa Nova para o MPBA, confirmamos o interesse quanto a realização da cessão, podendo ser confeccionado o termo e enviado para formalização

## RE: ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SERVIDORA FABRICIA

Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

Qui, 06/05/2021 14:19

Para: gabinete@casanova.ba.gov.br <gabinete@casanova.ba.gov.br>

Prezados,

Esclarecemos, mais uma vez, que o documento havia sido encaminhado apenas para conhecimento e sugestão de melhorias/ajuste pelo Município.

O referido termo ainda não foi submetido à análise da nossa Assessoria Jurídica, de modo que não estava ainda apto a ser assinado e datado.

Considerando que o mesmo já foi assinado pelo Município, recebemos o presente como manifestação de anuência com os termos propostos por este MP e daremos o trâmite administrativo cabível no âmbito ministerial.

Após, retornaremos o contato para celebração do ajuste, o qual deverá ser datado quando da assinatura da Procuradora-Geral de justiça.

Cordialmente,

**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: (71) 3103-0543 – [paula.paula@mpba.mp.br](mailto:paula.paula@mpba.mp.br)

---

**De:** gabinete@casanova.ba.gov.br <gabinete@casanova.ba.gov.br>

**Enviado:** quinta-feira, 6 de maio de 2021 11:37

**Para:** Paula Souza de Paula <paula.paula@mpba.mp.br>

**Assunto:** ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SERVIDORA FABRICIA





**CASA NOVA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

## **ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Acordo de Cooperação Administrativa que entre si celebram o Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Casa Nova, objetivando a disciplina da cessão de servidora municipal para ocupar cargo comissionado junto ao *parquet* baiano.**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, do CAB, CEP: 41.745-004- Salvador, BA, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, neste ato representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, e o Município de Casa Nova, inscrito no CNPJ sob o nº 13.691.811/0001-28, com sede na Praça Dr. Gilson Viana de Castro, s/n, Centro, Casa Nova/BA, doravante denominado **CEDENTE**, neste ato representado pelo prefeito municipal, **Wilker Oliveira Torres**, no uso de suas respectivas atribuições, ajustam entre si a celebração do presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA**, o qual reger-se-á pela legislação de Direito Administrativo, especialmente pela Constituição Federal de 1988, e pela Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, mediante as cláusulas e condições que mutuamente estabelecem nos termos a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Acordo tem por objetivo estabelecer cooperação mútua entre as instituições no que diz respeito à disciplina da cessão da servidora **FABRICIA BRAGA DE SOUZA**, cadastro no órgão Cedente nº 10253, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Serviços Públicos Sociais (na Secretaria de Municipal de Educação), para o Ministério Público do Estado da Bahia – MPBA, com ônus pelo órgão de destino, conforme as cláusulas a seguir discriminadas.

1.2 O(s) servidor(es) será(ão) cedido(s) sem prejuízo do regime, vencimentos, direitos e vantagens do(s) seu(s) cargo(s) efetivo(s), nos termos e condições definidos neste instrumento e na legislação aplicável aos entes celebrantes do presente ajuste.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO CUSTEIO DAS DESPESAS COM A CESSÃO E DO REEMBOLSO DE VALORES**

#### **2.1 DO PAGAMENTO À SERVIDORA**

2.1.1 O **CESSIONÁRIO** realizará o pagamento, diretamente à servidora cedida, da remuneração por esta percebida em razão do cargo comissionado de símbolo **CMP 2- Assessor Técnico – Jurídico**, pertencente ao quadro do Ministério Público do Estado da Bahia, para o qual foi nomeada por força do Edital nº 358/2019, publicado no Diário Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia do dia 06/08/2019. Realizará, igualmente, o recolhimento dos encargos sociais patronais incidentes sobre as supra referidas remunerações.

#### **2.2 DO REEMBOLSO DE VALORES ENTRE OS PARTÍCIPES**



**CASA NOVA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

2.2.1 Não haverá reembolso ao **CEDENTE** de qualquer valor ou parcela remuneratória devida à servidora, em razão do pagamento direto à mesma, nos termos do **item 2.1**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES**

#### **3.1 ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO CEDENTE**

3.1.1 Garantir a manutenção do regime, vencimentos, direitos e vantagens relativos ao cargo efetivo da servidora cedida, nos estritos termos e condições definidos na legislação aplicável à matéria.

#### **3.2 ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO CESSIONÁRIO**

3.2.1 Efetuar o pagamento da remuneração da servidora, relativamente ao Cargo para o qual foi empossada, de acordo com o quanto definido neste instrumento e na legislação aplicável à matéria.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO**

4.1 A servidora FABRICIA BRAGA DE SOUZA desenvolverá suas atividades junto ao Ministério Público do Estado da Bahia, na lotação para a qual for designada conforme Ato/Portaria do CESSIONÁRIO, de acordo com as atribuições atinentes ao cargo para a qual foi especificamente nomeada.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA ALTERAÇÃO**

5.1 Caberá aos partícipes, por intermédio dos setores responsáveis conforme regimentos internos, o acompanhamento da vigência do presente instrumento, além de adotar as providências necessárias para a formalização das renovações e alterações do quadro de servidores cedidos.

5.2 O presente Acordo, em qualquer época de sua vigência, poderá ser alterado por expressa manifestação dos convenientes, mediante celebração de termo aditivo específico para tal fim.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO DISTRATO, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

6.1 Este Acordo poderá, a qualquer tempo, ser consensualmente distratado ou unilateralmente denunciado por quaisquer dos partícipes, devendo, na segunda hipótese, o interessado externar formalmente a sua intenção com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para encerrar as cessões objeto do presente Termo.

6.2 Poderá ocorrer, ainda, a rescisão deste Acordo, no caso de superveniência de lei ou outro ato equivalente que torne material ou formalmente impossível, por razões de relevante e excepcional interesse público, ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, respeitado o prazo fixado nesta cláusula.





**CASA NOVA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

7.1 O presente Acordo vigorará pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, a contar de 01 de setembro de 2020, data da posse no cargo para a qual foi nomeada a servidora, convalidando-se, como de efetiva validade do Acordo, o período transcorrido entre a data consignada e a efetivação deste instrumento.

7.2 Este instrumento poderá ser prorrogado por sucessivo(s) período(s), através de celebração de Termo(s) Aditivo(s) específico(s) para tal fim, se assim convier aos convenientes.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 Os custos operacionais referentes ao objeto deste Acordo serão cobertos pelas seguintes dotações orçamentárias, conforme a natureza de cada parcela remuneratória:

8.1.1 Pelo CESSIONÁRIO:

- a) Remuneração decorrente do exercício de função/cargo em comissão, bem como das parcelas referentes aos vencimentos e outras vantagens pessoais;
- b) Concessão de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde;
- c) Encargos sociais patronais;

#### **CLÁUSULA NONA - DA ESTIMATIVA DE DESPESAS**

9.1 Para o exercício 2021-2022, o valor estimado do ressarcimento de despesas de pessoal requisitado do órgão cedente é de R\$ 3.659,60 (três mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos) mensais, em razão da cessão da servidora que compõe o objeto deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA INTERPRETAÇÃO**

10.1 As dúvidas decorrentes de omissão ou de interpretação deste Acordo serão dirimidas conjuntamente pelos partícipes, observado o quanto disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, podendo ser firmados, se necessários, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

11.1 Os partícipes providenciarão a publicação do resumo do presente Acordo em seus respectivos veículos de publicação oficial, nos termos da legislação aplicável.



**CASA NOVA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1 Para dirimir questões oriundas deste Acordo, será competente o Foro da Comarca de Salvador/BA, eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os efeitos legais.

Salvador/BA, 20 de abril de 2021.

**Wilker Oliveira Torres**  
**Prefeito Municipal**  
**Município de Casa Nova**

**Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**  
**Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia**  
**Ministério Público do Estado da Bahia**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Considerando que o presente acordo, cujo objeto é a cessão de servidor a este Parquet, contempla a convalidação do período transcorrido entre a data de posse da servidora Fabrícia Braga de Souza - 02/09/2019 - e a efetiva assinatura do competente instrumento, **encaminhe-se o expediente às unidades abaixo citadas, para providências:**

**a) à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), para que informe como vem ocorrendo o pagamento da indigitada servidora, desde sua posse, especificando sua remuneração e a forma das contribuições previdenciárias correspondentes;**

**b) à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações (DCCL), para que:**

**b.1) retifique a cláusula de vigência, devendo esta se iniciar a partir da assinatura, convalidando-se o período transcorrido entre a data de posse da servidora - 02/09/2019 - e a efetivação do instrumento;**

**b.2) inclua cláusula referente às contribuições previdenciárias correlatas, com esteio nas informações prestadas pela DGP.**

Após, retorne-se.

Salvador, 01 de junho de 2021.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**  
*Assessora/SGA*  
Matrícula 3 [REDACTED]

**Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira**  
*Assistente de Gestão II*  
*Apoio Processual ATJ/SGA*  
Matrícula [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 01/06/2021, às 17:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Glauccio Matos Santos Cerqueira** em 01/06/2021, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0136711** e o código CRC **58197300**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à DGP/Coordenação de Administração de Pessoal para que informe como vem ocorrendo o pagamento da servidora referida no processo, desde sua posse, especificando sua remuneração e a forma das contribuições previdenciárias correspondentes, conforme solicitado no processo.



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Dantas Guimarães** em 27/20/121, à: s , 7f12àcon.orme artº , là""àbLbàda 4ei , , º9, 6/1220º



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site [https://sei@sistemas\\*mpLa\\*mp\\*Lr/sei/controlador\\_externo\\*php?acao=documento\\_con.erir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei@sistemas*mpLa*mp*Lr/sei/controlador_externo*php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=2) in.ormando o código veri.icador **0138986** e o código CRC **E3F514BB**º



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Em resposta à solicitação referente ao item a) documento SEI nº 0136711 esta DGP informa que a forma de remuneração do cargo em comissão ocupado pela referida servidora é o valor do símbolo integral CMP-2 mais RTI de 65% e o desconto e recolhimento previdenciário incidente sobre a remuneração é feita para o INSS (Previdência Geral) conforme contracheque anexo.



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 01/06/2022, às 7h, : 54 conforme art. , "III" da Lei , , 9, 8/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0139644** e o código CRC **4BED1FCF**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Considerando o constante do evento 0136711, **encaminhe-se à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, para as providências solicitadas.**

Após, retorne-se.

Em 08 de junho de 2021.

**Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira**  
*Assessor em exercício/SGA*  
Matrícula [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Gláucio Matos Santos Cerqueira** em 08/06/2021, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0139764** e o código CRC **7F106D1B**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

A fim de que sejam adotadas as providências apontadas pela Assessoria Jurídica, esta Coordenação solicita os seguintes esclarecimentos:

1. À Diretoria de Gestão de pessoas:

1.1; Considerando as informações prestadas, depreende-se que não há Regime próprio de previdência municipal ao qual poderia estar submetida a servidora cedida. Está correto este entendimento? Caso haja previdência municipal própria, será necessário discriminar de que forma se dará o mencionado recolhimento, o que não consta dos autos do presente;

1.2 Considerando que a data final provável do ajuste está se aproximando (o prazo inicialmente proposto para a cessão seria de 12 (doze) meses de vigência a partir de 02/09/2019, o que indica que estaríamos já em fase de aditamento do ajuste), poderíamos considerar a vigência de 24 (vinte e quatro) meses?

2. À Assessoria Jurídica:

2.1. O item 2.1.1 da minuta encartada aos autos já cuidava do recolhimento dos encargos patronais, como sendo de responsabilidade do Cessionário. Seria suficiente à atender ao comando constante do item "b.2" do despacho constante do doc 0136711?



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 28/10/2012, às 14h 11m 18s, conforme o art. 1º, III, da Lei 11.127/2010 e a Resolução 10.032/2011 do CNJ.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seisistemasimp4almpl4r/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://seisistemasimp4almpl4r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0183344** e o código CRC **814322DAI**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Em reposta ao despacho SEI nº 0183344, esta DGP passa a informar:

Item 1.1- A Prefeitura de Casa Nova está vinculada ao Regime Geral de Previdência;

Item 1.2 - Quanto à vigência do contrato esta DGP sugere que seja efetuada consulta a Promotora de Justiça Drª ALINE CURVELO TAVARES DE SA, de SENHOR DO BONFIM - 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA e o Município de Casa Nova para sebar se as partes tem interesse de continuar com o convênio e se manifestarem sobre o prazo de vigência.



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 22/09/2021, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0199377** e o código CRC **ED4AE8B5**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Em atenção ao quanto requerido pela Assessoria Jurídica (despacho - doc 0139764) e considerando o despacho do Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas, devolvemos o expediente àquela unidade, acompanhado de minuta de Convênio ajustada para análise.

Registramos, por oportuno, que mantivemos a cláusula relativa à vigência em vermelho para indicar que a mesma se encontra sem definição, o que entendemos poder acontecer ao final do procedimento, pela Procuradoria-Geral de Justiça, em seu juízo de conveniência e oportunidade na disponibilização da servidora, caso não se trate de matéria expressamente definida por lei.

Por fim, destacamos que incluímos dispositivo específico acerca das contribuições previdenciárias (cláusula quinta) e complementamos a redação do item 3.1.1 (destacado em fundo amarelo) a fim de expressamente evidenciar que não haverá parcelas a serem indenizadas ao cedente em decorrência da cessão.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 27/01/2022, às 14h45m, com o código de verificação 0201997 e o código CRC 30D707DC.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0201997** e o código CRC **30D707DC**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Procedimento nº.:	19.09.00868.0012931/2020-63
Interessado(a):	PJ Casanova
Espécie:	Cessão de servidor

Considerando que a servidora municipal Fabrícia Braga de Souza ocupa o cargo em comissão de Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria (CMP-2), nomeada pelo Ato nº. 358/2019, conforme consta das informações dos autos;

Considerando a redação do art. 1º, § 1º, da Lei Estadual nº. 14.044/2018, no sentido de que o cargo de Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria é privativo de Bacharel em Direito<sup>1</sup>;

Considerando que esta Assessoria Técnico-Jurídica, em regra, não possui acesso ao prévio processo simplificado de seleção de tais servidores, bem como aos documentos apresentados;

**Encaminhe-se à Diretoria de Gestão de Pessoas para que colacione aos autos o documento que comprove que a servidora Fabrícia Braga de Souza possui bacharelado em Direito.**

**Ademais, considerando a informação de que não haverá reembolso (cláusula 2.1.1 da minuta), bem como a redação da cláusula 9.1, esta Assessoria Técnico-Jurídica solicita que seja esclarecida a expressão "ressarcimento de despesas de pessoal" constante da cláusula 9.1 da minuta.**

Em seguida, **encaminhe-se à DCCL** para inserção, na cláusula 3.2 da minuta, da obrigação de o cessionário comprovar, mensalmente, ao cedente, o pagamento à servidora cedida.

Após, retorne-se, para exame e parecer.

Salvador, 04 de Outubro de 2021.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

Assessora/SGA

Matrícula nº. [REDACTED]

**Bel. Eduardo Loula Novais de Paula**

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. [REDACTED] 7

<sup>1</sup> § 1º - Os cargos de Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria serão ocupados privativamente por bacharéis em Direito, mediante prévio processo simplificado de seleção, na forma de ato da Procuradoria Geral de Justiça, destinados ao assessoramento das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 19/01/51502, s 0à712con:orme artf 0.2ºº2I" l2da bei 00f90L/5114f



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 19/01/51502, s 047162con:orme artf 0.2ºº2I" l2da bei 00f90L/5114f



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0206821** e o código CRC **26EE06B6f**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Em atenção ao despacho nº 0206821, anexamos o Certificado de Conclusão do Curso de Bacharelado em Direito da Servidora Fabrícia Braga de Souza.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Oliveira Moitinho** em 21/02/, 2, 08h30: 52: 20 conforme art. 1º da Lei 00.409/, 226.

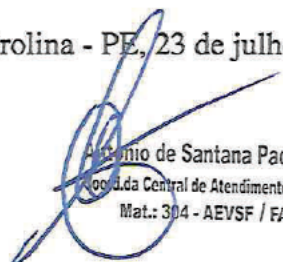


A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2) informando o código verificador **0208461** e o código CRC **DAB62CEF**.

## CERTIFICADO

Certificamos para os devidos fins que FABRICIA BRAGA DE SOUZA portador(a) do RG nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED] nascido(a) em [REDACTED], natural da cidade de CASA NOVA-BA, filho(a) de [REDACTED] e [REDACTED], concluiu no 1º semestre de 2019, o Curso de Bacharelado em DIREITO, tendo colado grau em 23 de Julho de 2019. O Curso de DIREITO é Reconhecido pela Portaria nº 6713, de 06/11/2007, publicada no DOE/PE de 07/11/2007.

Petrolina - PE, 23 de julho de 2019.



Antonio de Santana Padilha Neto  
Coord. da Central de Atendimento ao Discente  
Mat.: 304 - AEVSF / FACAPE



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Procedimento nº.:	19.09.00868.0012931/2020-63
Interessado(a):	PJ Casanova
Espécie:	Cessão

Retorne-se à DGP para que se manifeste a respeito quanto mencionado no despacho anterior desta ATJ - doc 0206821 (*Ademais, considerando a informação de que não haverá reembolso (cláusula 2.1.1 da minuta), bem como a redação da cláusula 9.1, esta Assessoria Técnico-Jurídica solicita que seja esclarecida a expressão "ressarcimento de despesas de pessoal" constante da cláusula 9.1 da minuta*)

Em seguida, encaminhe-se à DCCL, em conformidade com o explicitado no despacho anterior desta ATJ (doc. 0206821)

Salvador, 05 de Outubro de 2021.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

Assessora/SGA

Matrícula nº. [REDACTED]

**Bel. Eduardo Loula Novais de Paula**

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 19/01/51502, s 0a7092con:orme artf 0.2ºº2I" l2da bei 00fL04/5116f



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 19/01/51502, s 0a7aL2con:orme artf 0.2ºº2I" l2da bei 00fL04/5116f



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seisistemasfmp.afmpf.r/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_con:erir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://seisistemasfmp.afmpf.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_con:erir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0208810** e o código CRC **26505EE0f**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Em atendimento ao despacho da ATJ SEI nº 0208810, informamos que a redação tem que ser alterada, pois não haverá nenhum ressarcimento para o órgão cedente.

Sugerimos, portanto que a redação passe a ser da forma abaixo:

9.1 Para o exercício 2021-2022, o valor estimado da despesas de pessoal requisitado do órgão cedente é de R\$ 4.652,16 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais, e dezesseis centavos) mensais, em razão da cessão da servidora objeto deste instrumento.

Retorne-se o presente para conhecimento e deliberação.



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 14/10/2021, às 19:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0214104** e o código CRC **5FADF80**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Procedimento nº.:	19.09.00868.0012931/2020-63
Interessado(a):	PJ Casanova
Espécie:	Termo de Cooperação e congêneres (cessão de servidor)

Encaminhe-se à DCCL para alterações na minuta, conforme despachos anteriores.

Salvador, 15 de Outubro de 2021.

**Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira**

Assessor em exercício/SGA

Matrícula nº. [REDACTED]

**Bel. Eduardo Loula Novais de Paula**

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Gláucio Matos Santos Cerqueira** em 21/20/2021, às 22:00, conforme artf 2.º da Lei 22.124/2009



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 21/20/2021, às 22:06, conforme artf 2.º da Lei 22.124/2009



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0214267** e o código CRC **359A4999f**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Devolvemos o expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica, após os ajustes solicitados na minuta para regulamentação da cessão da servidora Fabrícia Braga de Souza.

Ressaltamos, neste sentido, que foram alteradas as redações da cláusula 3.2, bem assim da cláusula 9.1 (a fim de suprimir a previsão de reembolso de despesas com a cessão).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 2/ 09/2019, às 96:21, conforme art. 9º, III, "b", da Lei 99./ 94/226.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2) informando o código verificador **0228152** e o código CRC **155A6768**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## PARECER

PROCEDIMENTO SEI Nº. 19.09.00868.0012931/2020-63

INTERESSADA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SENHOR DO BONFIM

ASSUNTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA

**EMENTA:** ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA. CESSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. OCUPAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO. ASSESSOR TÉCNICO-JURÍDICO DE PROMOTORIA. INTELIGÊNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 8.966/2003 E DA LEI Nº 717/1978 DO MUNICÍPIO DE CASA NOVA. CONVALIDAÇÃO. ART. 41 DA LEI ESTADUAL Nº 12.209/2011. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. PELA APROVAÇÃO DA MINUTA. RECOMENDAÇÃO.

## PARECER Nº. 648/2021

Trata-se de minuta de Acordo de Cooperação Administrativa, a ser firmado entre o **Ministério Público do Estado da Bahia (cessionário)** e o **Município de Casa Nova (cedente)**, cujo objeto consiste na cessão da servidora municipal **Fabricia Braga de Souza**, com ônus para o órgão de destino, tendo em vista a ocupação de cargo comissionado de Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria.

Anexaram-se aos autos: Ofício nº 249/2019 da 2ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim; comunicação da Diretoria de Gestão de Pessoas; despachos da Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações; Portaria Municipal nº 210/2019 da Prefeitura de Casa Nova; minuta do Acordo de Cooperação Administrativa; e ciência do Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça, além de outros documentos relativos ao ajuste.

A cessão de servidores constitui uma das espécies de afastamento do servidor público para servir a outra pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou entidade. A doutrina assim conceitua o instituto:

*Cessão de servidores é o fato funcional por meio do qual determinada pessoa administrativa ou órgão público cede, sempre em caráter temporário, servidor integrante de seu quadro para atuar em outra pessoa ou órgão, com o objetivo de cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades administrativas. Trata-se, na verdade, de empréstimo temporário do servidor, numa forma de parceria entre as esferas governamentais. Avulta notar, porém, que tal ajuste decorre do poder discricionário de ambos os órgãos e do interesse que tenham na cessão; sendo assim, não há falar em direito subjetivo do servidor à cessão.<sup>1</sup> (sem grifos no original)*

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 127, § 2º, a Constituição Baiana, em seu art. 136, e o art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 11/1996 asseguram a autonomia administrativa do Ministério Público, o que significa, dentre outras competências, a de praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios.<sup>2</sup>

A Constituição Baiana, a seu turno, estabelece, em seu art. 44, que a disposição de servidores de um Poder para outro somente é permitida para exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

A Lei Estadual nº. 8.966/2003 prevê, em seu art. 18, a possibilidade de movimentação do servidor pelo regime de disposição, com mudança de exercício para órgãos do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal. A seu turno, o art. 21 exige o exercício de função de chefia, direção e assessoramento.

No caso em tela, o art. 73, X, da Lei Municipal nº 717/1978, que instituiu o Estatuto Municipal de Casa Nova, assim estabelece:

*Art. 73. Será considerado de efetivo exercício com as restituições constantes deste Estatuto, o afastamento em virtude de:*



(...)

*X. Exercício mediante autorização do Prefeito de cargos ou função em órgãos que com este mantenham convênio para prestação de serviços;*

Verifica-se, assim, haver previsão legal para que o servidor público municipal exerça cargo ou função em outros órgãos, desde que ocorra a celebração de um convênio entre os partícipes.

O Termo de Cooperação Administrativa se constitui em instrumento congênere ao convênio, em que os interesses dos convenientes são comuns e convergentes, o que o distingue do contrato administrativo, entendimento pacífico também no Tribunal de Contas da União:

*No contrato, os interesses das partes são divergentes e opostos, ao passo que nos convênios os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. Nos contratos há uma reciprocidade de obrigações em decorrência de uma reciprocidade na fruição de utilidades; nos convênios há reciprocidade de interesses entre os partícipes, ainda que a colaboração entre eles possa variar de intensidade, consoante as possibilidades de cada um. Em suma, convênio e contrato são ajustes, mas, como decidiu o Supremo Tribunal Federal, convênio não é contrato (Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 141, p. 619). Essa é uma distinção pacífica na jurisprudência do TCU, como se depreende do assentado em variadas deliberações do Plenário, tais como o Acórdão nº 1.369/2008, Acórdão nº 936/2007, Acórdão nº 1.663/2006, Acórdão nº 1.607/2003 e Decisão nº 118/2000.<sup>3</sup>*

Vale rememorar que a cessão ocorre sempre no interesse da Administração Pública, não existindo direito subjetivo do servidor público em ser cedido para outro órgão ou entidade, razão pela qual toda cessão importa na avaliação de conveniência e oportunidade dos órgãos competentes, *in casu*, a Procuradoria-Geral de Justiça e a Chefia do Poder Executivo Municipal.

Nesse sentido, consta dos autos que o Município de Casa Nova, através da Portaria nº 210/2019 concorda em ceder a servidora em questão caso haja assunção do ônus remuneratório pelo Ministério Público do Estado da Bahia, cabendo à Procuradoria-Geral de Justiça, a seu turno, avaliar a conveniência e oportunidade de tal cessão.

No Instrumento sob análise foram fixadas as cláusulas essenciais e caracterizado o objeto, além de registradas, dentre outras, as condições, as obrigações das partes, dotação orçamentária, estimativa de despesas e a forma rescisória, na forma da legislação de regência. Outrossim, verifica-se que a servidora ocupará cargo em comissão nesta Instituição, presumindo-se, assim, o exercício de função de chefia, direção ou assessoramento.

Com relação à vigência do ajuste, considerando o lapso temporal de tramitação do competente procedimento administrativo, recomenda-se a estipulação de novo interregno, vez que já se ultrapassou o período indicado no instrumento *sub examine*.

Por derradeiro, esta Assessoria Técnico-Jurídica entende pertinente a sugestão de convalidação dos atos praticados no período transcorrido desde 01/09/2019, data da posse no cargo para o qual foi nomeada a indigitada servidora, e a efetivação do ajuste, considerando que não houve solução de continuidade dos serviços por ela prestados a este *Parquet*.

A convalidação é instituto previsto no art. 41 da Lei Estadual nº. 12.209/2011<sup>4</sup>, sendo possível sua utilização quando houver vícios sanáveis que não acarretem lesão ao interesse público, à moralidade administrativa ou prejuízo a terceiros. A doutrina aponta como vícios sanáveis aqueles atinentes à competência e à forma.

Na hipótese, verifica-se o prévio acordo de vontades entre os partícipes, razão pela qual o vício de forma é passível de convalidação pela posterior assinatura da avença e consequente publicação. Ressalte-se, ademais, tratar-se de acordo de cooperação, em que, como visto, os interesses das partes são convergentes.

A título de registro, mister se faz destacar que o expediente deu entrada nesta unidade consultiva no dia 04/11/2021.

Ante o exposto, **esta Assessoria Jurídica é favorável à celebração da avença e aprova a minuta ora encaminhada, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, inclusive no tocante ao prazo de vigência, o qual deverá ser ajustado, consoante recomendação constante deste opinativo.**

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 02 de dezembro de 2021.

Bel<sup>a</sup>. Maria Paula Simões Silva  
Assessora/SGA  
Matrícula [REDACTED]

Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira  
Assistente de Gestão II  
Apoio Processual ATJ/SGA  
Matrícula [REDACTED]

<sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 31 ed., rev., atual., e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 414.

<sup>2</sup> Art. 2º - Ao Ministério Público, organizado em carreira, é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente: II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

<sup>3</sup> TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão nº. 1.457/2009, Plenário, rel. Min. Valmir Campelo.

<sup>4</sup> Art. 41 - Os atos que apresentarem defeitos sanáveis deverão ser convalidados pela própria Administração, desde que não acarretem lesão ao interesse público, à moralidade administrativa ou prejuízo a terceiros.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 21/0, /, 2, 0 às 02:5f à con.orme artº 0l à ""à l bda 4ei 00º906/, 22f °



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Matos Santos Cerqueira** em 21/0, /, 2, 0 às 09:96 à con.orme artº 0l à ""à l bda 4ei 00º906/, 22f °



A autenticidade do documento pode ser con.erida no site [https://sei%systemas%mpLa%mp%r/sei/controlador\\_externo%php?acao=documento\\_con.erir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=2](https://sei%systemas%mpLa%mp%r/sei/controlador_externo%php?acao=documento_con.erir&id_orgao_acesso_externo=2) in.ormando o código veri.icador **0250082** e o código CRC **7AF3657A**°



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 648/2021, relativo à minuta de Acordo de Cooperação Administrativa, a ser firmado entre o Ministério Público do Estado da Bahia (cessionário) e o Município de Casa Nova (cedente), cujo objeto consiste na cessão da servidora municipal Fabrícia Braga de Souza, com ônus para o órgão de destino, tendo em vista a ocupação de cargo comissionado de Assessor Técnico-Jurídico de Promotoria.

Encaminhe-se o presente expediente à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça para ciência e deliberação.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 06/12/2021, às 08:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0250967** e o código CRC **43666382**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

- Ciência da Procuradoria Geral de Justiça.
- Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações - DCCL, para que seja disponibilizado para assinatura da PGJ.

**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**

Promotor de Justiça  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Maia Souza Marques** em 06/12/2021, às 18:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0252670** e o código CRC **B79D1D0A**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Em atenção ao despacho do Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça, e a fim de que possamos elaborar o documento final a ser assinado pela ilustre representante deste *parquet*, devolvemos o expediente solicitando a definição, por aquela unidade, do prazo de vigência do ajuste, nos termos explanados no parecer da Assessoria Jurídica (doc 0250082).

Solicitamos, neste tocante, que o mesmo seja indicado em meses, conforme sinalizado exemplificativamente na minuta constante do doc 0228159, e por periodicidade superior a 24 meses - haja vista o lapso temporal decorrido entre a nomeação da servidora e a formalização da avença - ainda a ocorrer.

**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Superintendência de Gestão Administrativa  
Ministério Público do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/05/2020, às 12h12, com o código de verificação 0253770 e o código CRC 3223EBD1f.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0253770** e o código CRC **3223EBD1f**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

- Ciência da Procuradoria Geral de Justiça.
- Retorne-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações - DCCL, para que seja formalizado por 36 meses, com prorrogação automática.

**PEDRO MAIA SOUZA MARQUES**

Promotor de Justiça  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Maia Souza Marques** em 17/12/2021, às 13:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0255541** e o código CRC **143E60E1**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Tendo em vista a manifestação do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça (doc 0255541), encaminhamos o expediente à Assessoria Jurídica para análise da minuta ajustada por esta Coordenação, aos termos solicitados (cláusula sétima).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/10/2020, às 15:52, s/o 026982 conforme o art. 10.º, II, da Lei 11.127/2005.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site [https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_consultar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://seisistemasfmp.afmp.r/sei/controlador_externo.php?acao=documento_consultar&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0269882** e o código CRC **D24DCEF1f**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Procedimento nº.:	19.09.00868.0012931/2020-63
Interessado(a):	PJ Senhor do Bonfim
Espécie:	Cessão de servidores

Considerando que a minuta já foi objeto do Parecer Jurídico nº. 648/2021 (doc. 0250082), restando, apenas, a definição do prazo de vigência;

Considerando a definição do prazo pela Procuradoria-Geral de Justiça;

Esta Assessoria Técnico-Jurídica ratifica, nesta oportunidade, o opinativo exarado.

Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, 11 de janeiro de 2022.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**

Assessora/SGA

Matrícula nº. [REDACTED]

**Bel. Eduardo Loula Novais de Paula**

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Matrícula nº. [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 11/01/2022, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0271564** e o código CRC **9C7A1C81**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências julgadas necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 22/07/2020, às 14:01:11, com o código de verificação 0271577 e o código CRC 80F3414D.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seisistemas.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=/](https://seisistemas.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=/) informando o código verificador **0271577** e o código CRC **80F3414D**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Considerando a conclusão do trâmite administrativo cabível, encaminhamos o expediente para coleta de assinatura da ilustre representante do Ministério Público do Estado da Bahia no Acordo de Cooperação Técnica já assinado pelo município de Casa Nova (doc 0295991).

Em tempo, anexamos ao presente também os documentos de representação do prefeito municipal.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 16/02/2022, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0295960** e o código CRC **5354B178**.



CASA NOVA



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Acordo de Cooperação Administrativa que entre si celebram o Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Casa Nova, objetivando a disciplina da cessão de servidora municipal para ocupar cargo comissionado junto ao *parquet* baiano.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, do CAB, CEP: 41.745-004- Salvador, BA, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, neste ato representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, e o Município de Casa Nova, inscrito no CNPJ sob o nº 13.691.811/0001-28, com sede na Praça Dr. Gilson Viana de Castro, s/n, Centro, Casa Nova/BA, doravante denominado **CEDENTE**, neste ato representado pelo prefeito municipal, **Wilker Oliveira Torres**, no uso de suas respectivas atribuições, ajustam entre si a celebração do presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA**, o qual reger-se-á pela legislação de Direito Administrativo, especialmente pela Constituição Federal de 1988, e pela Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, mediante as cláusulas e condições que mutuamente estabelecem nos termos a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Acordo tem por objetivo estabelecer cooperação mútua entre as instituições no que diz respeito à disciplina da cessão da servidora FABRICIA BRAGA DE SOUZA, cadastro no órgão Cedente nº 10253, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Serviços Públicos Sociais (na Secretaria de Municipal de Educação), para o Ministério Público do Estado da Bahia – MPBA, com ônus pelo órgão de destino, conforme as cláusulas a seguir discriminadas.

1.2 O(s) servidor(es) será(ão) cedido(s) sem prejuízo do regime, vencimentos, direitos e vantagens do(s) seu(s) cargo(s) efetivo(s), nos termos e condições definidos neste instrumento e na legislação aplicável aos entes celebrantes do presente ajuste.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO CUSTEIO DAS DESPESAS COM A CESSÃO E DO REEMBOLSO DE VALORES

#### 2.1 DO PAGAMENTO À SERVIDORA

2.1.1 O **CESSIONÁRIO** realizará o pagamento, diretamente à servidora cedida, da remuneração por esta percebida em razão do cargo comissionado de símbolo CMP 2- Assessor Técnico – Jurídico, pertencente ao quadro do Ministério Público do Estado da Bahia, para o qual foi nomeada por força do Edital nº 358/2019, publicado no Diário Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia do dia 06/08/2019.

2.1.2 O **CESSIONÁRIO** realizará, igualmente, o recolhimento dos encargos sociais patronais incidentes sobre as suprarreferidas remunerações, diretamente ao Regime Geral de Previdência (INSS).



**CASA NOVA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

## **2.2 DO REEMBOLSO DE VALORES ENTRE OS PARTÍCIPIES**

2.2.1 Não haverá reembolso ao **CEDENTE** de qualquer valor ou parcela remuneratória devida à servidora, em razão do pagamento direto à mesma, nos termos do **item 2.1**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPIES**

### **3.1 ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO CEDENTE**

3.1.1 Garantir a manutenção do regime, vencimentos, direitos e vantagens relativos ao cargo efetivo da servidora cedida, nos estritos termos e condições definidos na legislação aplicável à matéria, não lhe sendo devido qualquer reembolso em razão de eventuais dispêndios com a servidora cedida.

### **3.2 ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO CESSIONÁRIO**

3.2.1 Efetuar o pagamento da remuneração da servidora, relativamente ao Cargo para o qual foi empossada mencionado no item 2.1.1, de acordo com o quanto definido neste instrumento e na legislação aplicável à matéria.

3.2.2 Comprovar, mensalmente, ao **CEDENTE**, o pagamento dos valores devidos à servidora cedida por força do presente instrumento.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO**

4.1 A servidora FABRICIA BRAGA DE SOUZA desenvolverá suas atividades junto ao Ministério Público do Estado da Bahia, na lotação para a qual for designada conforme Ato/Portaria do CESSIONÁRIO, de acordo com as atribuições atinentes ao cargo para a qual foi especificamente nomeada.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

5.1 Caberá ao **CESSIONÁRIO** o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao cargo comissionado da servidora diretamente ao INSS;

## **DO ACOMPANHAMENTO E DA ALTERAÇÃO**

5.1 Caberá aos partícipes, por intermédio dos setores responsáveis conforme regimentos internos, o acompanhamento da vigência do presente instrumento, além de adotar as providências necessárias para a formalização das renovações e alterações do quadro de servidores cedidos.

5.2 O presente Acordo, em qualquer época de sua vigência, poderá ser alterado por expressa manifestação dos convenientes, mediante celebração de termo aditivo específico para tal fim.

15





#### CLÁUSULA SEXTA – DO DISTRATO, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

6.1 Este Acordo poderá, a qualquer tempo, ser consensualmente distratado ou unilateralmente denunciado por quaisquer dos partícipes, devendo, na segunda hipótese, o interessado externar formalmente a sua intenção com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para encerrar as cessões objeto do presente Termo.

6.2 Poderá ocorrer, ainda, a rescisão deste Acordo, no caso de superveniência de lei ou outro ato equivalente que torne material ou formalmente impossível, por razões de relevante e excepcional interesse público, ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, respeitado o prazo fixado nesta cláusula.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO DO AJUSTE

7.1 O presente Acordo vigorará pelo prazo inicial de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 01 de setembro de 2019, data da posse no cargo para a qual foi nomeada a servidora, convalidando-se, como de efetiva validade do Acordo, o período transcorrido entre a data consignada e a efetivação deste instrumento.

7.2 Este instrumento poderá ser prorrogado automaticamente, por sucessivo(s) período(s), desde que não haja manifestação expressa em contrato por qualquer dos Partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7.3 Na hipótese de exoneração da servidora do cargo para o qual foi nomeada na instituição **CESSIONÁRIA**, o presente instrumento será considerado extinto antecipadamente, mantendo-se a aplicabilidade das suas regras aos fatos ocorridos durante a sua vigência, em especial aquelas relativas às remunerações devidas à servidora cedida.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 Os custos operacionais referentes ao objeto deste Acordo serão cobertos pelas seguintes dotações orçamentárias, conforme a natureza de cada parcela remuneratória:

8.1.1 Pelo **CESSIONÁRIO**:

- a) Remuneração decorrente do exercício de função/cargo em comissão, bem como das parcelas referentes aos vencimentos e outras vantagens pessoais;
- b) Concessão de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde;
- c) Encargos sociais patronais;

#### CLÁUSULA NONA - DA ESTIMATIVA DE DESPESAS

*Nm*



**CASA NOVA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

9.1 Para o exercício 2021-2022, o valor estimado para as despesas de pessoal em razão da cessão da servidora objeto deste instrumento é de R\$ 4.652,16 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais, e dezesseis centavos) mensais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA INTERPRETAÇÃO**

10.1 As dúvidas decorrentes de omissão ou de interpretação deste Acordo serão dirimidas conjuntamente pelos partícipes, observado o quanto disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, podendo ser firmados, se necessários, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

11.1 Os partícipes providenciarão a publicação do resumo do presente Acordo em seus respectivos veículos de publicação oficial, nos termos da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1 Para dirimir questões oriundas deste Acordo, será competente o Foro da Comarca de Salvador/BA, eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os efeitos legais.

Salvador/BA, de \_\_\_\_ de 2021.

**Wilker Oliveira Torres**  
**Prefeito Municipal**  
**Município de Casa Nova**

\_\_\_\_\_  
**Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**  
**Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia**  
**Ministério Público do Estado da Bahia**





**TABEIIONATO DE NOTAS E PROTESTO**  
CASA NOVA - BA

Cássio Lobão TABELIAO  
(74) 3536-1047 | Quadra EF nº 09, Centro | Casa Nova - BA  
tabelionatocenotaseprotestorcasanova@ho/mail.com

Certifico e dou fé que a cópia é a reprodução fiel do documento apresentado.

Em testemunho da verdade: Milena De Souza Rodrigues, Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem validade acompanhada do QR Code. - CASA NOVA - BA - 11/5/2021. Valor do Ato: R\$ 5.40 Emol: R\$ 2.61 Taxa: R\$ 2.79

2777 AB28815609

**SELO AUTENTICACAO**  
[www.tiba.jus.br/autenticidade](http://www.tiba.jus.br/autenticidade)

Milena de Souza  
Escrevente



Lucia Souza Araújo  
 Vilma da Silva de Nascimento  
 Valmir de Lima Pinto

Luiz Pinto Rezende  
 Amândio Antonio de Faria  
 João Braga da Silva

Márcia Pereira Castro de Araújo  
 José Henrique Lourenço

Daniela Vieira Silva


João Edmundo de Azevedo

Paulo Sérgio de Brito Rocha

Termo de Posse de Prefeito e Vice-Prefeito

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Casa Nova, Estado da Bahia, se fizeram presentes o Prefeito eleito Wilker Oliveira Torres e o Vice-Prefeito Benedita de Araújo Rocha, Eleitos na Eleição Municipal do ano de dois mil e vinte, onde após prestarem o juramento previsto em lei, foram empurrados pela Presidente da Mesa por seus respectivos cargos, e para constar lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado por ambos. Eu, Bastina de Menezes, Secretária da Câmara Municipal de Casa Nova, que escrevi e rubrico. *Bastina*

*Wilker Oliveira Torres*  
*Benedita de Araújo Rocha*

<b>TABELIONATO</b> DE NOTAS E PROTESTOS CASA NOVA - BA		Cássio Lobão TABELIÃO (74) 3536-1047   Quadra EF, nº 09, Centro   Casa Nova - BA tabelionatodenotaseprotestocasanova@hotmail.com
Certifico e dou fé que a cópia e a reprodução fiel do documento apresentado.		
Em testemunho da verdade: Milena De Souza Rodrigues, Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem validade acompanhada do QR Code. - CASA NOVA BA 11/5/2021. Valor do Ato: R\$ 5.40 Emol: R\$ 61 Taxa: R\$ 2.79 777.AB287924-2		
SELO AUTENTICAÇÃO <a href="http://www.tiba.jus.br/autenticidade">www.tiba.jus.br/autenticidade</a>		





# CÂMARA MUNICIPAL DE CASA NOVA

Praça Gilson Viana de Castro, S/N – Casa Nova/Bahia

CNPJ. 16.253.320-0001/93

Fone: 74 3536 1094 Fax: 74 3536 2504

E-mail: [camaracnova@gmail.com](mailto:camaracnova@gmail.com)

Cidade do Balneário Dunas do Velho Chico

Ata da Sessão de Instalação da Câmara Municipal de Casa Nova, realizada em primeiro e janeiro de dois mil e vinte e um.

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, no Salão de Reuniões da Câmara Municipal de Casa Nova, foi realizada a Sessão de Instalação desta Casa, fazendo-se presentes os vereadores diplomados: Armando Antonio Lopes, Celio Roberto Alves Silva, Daniela Vieira Silva, Fabrine de Lima Pinto, Jonas Souza Amorim, José Eduardo Santana da Cruz, Lucia Souza Araújo, Luiz Pinho Resende, Maria Aparecida Castro de Araújo, Paulo Sérgio de Brito Rocha, Roberto Amorim Souza, Uilian Pereira dos Santos, Vilma da Silva do Nascimento, Vinicius Patrick Teles de Souza Castro, Ygor Braga da Silva. Em conformidade com o artigo 11, paragrafo 1º do Regimento Interno da Casa, os trabalhos foram dirigidos pelo vereador Vinicius Patrick Teles de Souza Castro, que dentre os presentes, era o vereador a ter presidido a Câmara de Vereadores mais recente. Inicialmente o Senhor Presidente convidou o vereador Uilian Pereira dos Santos para atuar como secretário "ad hoc". O Senhor Presidente convidou os Senhores Vereadores para proferirem o juramento previsto no artigo 11 parágrafo 3º do Regimento Interno da Casa e em seguida foi lido o Termo de Posse e colhida as devidas assinaturas. Em seguida o Senhor Presidente convidou o Prefeito Eleito Wilker Oliveira Torres e o Vice-Prefeito Benedito de Araújo Coelho para tomarem assento e proferirem o juramento previsto no artigo 11, parágrafo 6º do Regimento Interno. Franqueada a palavra aos Senhores Prefeito e Vice-Prefeito para proferirem seus discursos. A sessão foi suspensa em conformidade com o artigo 11 parágrafo 8º do Regimento Interno. Retomando os trabalhos conforme o artigo 12 do Regimento Interno, procedeu-se a eleição da Mesa Diretora em conformidade com o artigo 13 e seus parágrafos do Regimento Interno. O Senhor Presidente comunicou aos vereadores que somente uma chapa foi registrada e a votação seria CHAPA 1 aos vereadores que fossem favoráveis a mesma. Encerrada a votação o Senhor Presidente convidou os vereadores José Eduardo Santana da Cruz e Paulo Sérgio de Brito Rocha para escrutinadores



em testemunho da verdade: Milena De Souza  
odrigues, Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem  
alidade acompanhada do QR Code - CASA NOVA  
BA 11/5/2021. Valor do Ato: R\$ 5.40 Emol: R\$  
61 Taxa: R\$ 2.78  
777 AB287834-0  
SELO AUTENTICAÇÃO  
[www.tiba.ius.br/autenticidade](http://www.tiba.ius.br/autenticidade)

*U. Santos*



em testemunho da verdade: Milena De Souza Rodrigues, Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem validade acompanhada do QR Code - CASA NOVA BA 11/5/2021. Valor do Ato: R\$ 5.40 Emol: R\$ 61 Taxa: R\$ 2.79

7777 AB287835-8

SELO AUTENTICAÇÃO

www.tba-lus.br/autenticidade

# CÂMARA MUNICIPAL DE CASA NOVA

Praça Gilson Viana de Castro, S/N - Casa Nova/Bahia

CNPJ. 16.253.320-0001/93

Fone: 74 3536 1094 Fax: 74 3536 2504

E-mail: [camaracnova@gmail.com](mailto:camaracnova@gmail.com)

Cidade do Balneário Dunas do Velho Chico

que constatarem o seguinte resultado: CHAPA 01, 15(quinze) votos favoráveis composta: PRESIDENTE Vinicius Patrick Teles de Souza Castro, VICE-PRESIDENTE: Uilian Pereira dos Santos, 1º SECRETÁRIO(A) Daniela Vieira Silva, 2º SECRETÁRIO(A): Lúcia Souza Araújo. Declarado o resultado o Senhor Presidente declarou eleita a Mesa Diretora para o biênio 2021/2022 sendo assim composta: PRESIDENTE Vinicius Patrick Teles de Souza Castro, VICE-PRESIDENTE: Uilian Pereira dos Santos, 1º SECRETÁRIO(A) Daniela Vieira Silva, 2º SECRETÁRIO(A): Lúcia Souza Araújo e em seguida convidou-os para tomar assento aos seus lugares. Franqueada a palavra aos senhores vereadores. Usando da palavra o vereador Armando Antonio Lopes agradeceu a Deus por este momento tão importante em sua vida, saudou os colegas, falou de sua trajetória política, parabenizou o Senhor Prefeito e Vice-Prefeito pela eleição. Finalizando agradeceu a sua família e aos amigos pela confiança do voto. Usou da palavra o vereador Célio Roberto Alves Vieira saudando os colegas, autoridades presentes. Agradeceu a sua família, aos amigos e todos os eleitores pela confiança do voto. Também reforçou seu compromisso com o povo desta Terra. Fez uso da palavra a vereadora Daniela Vieira Silva saudando os colegas, autoridades, dedicou sua vitória a seu pai Leonardo Silva, seu maior exemplo. Também agradeceu a sua mãe por todo ensinamento. Também parabenizou o Senhor Prefeito pela reeleição e disse que juntos fariam muito mais por Casa Nova dando continuidade a trabalho já iniciado na primeira gestão. Usou da palavra o vereador Fabrine de Lima Pinto saudando os colegas, agradecendo a seu pai por todo apoio, agradeceu aos demais familiares e aos amigos pela confiança do voto. Também parabenizou o Prefeito e Vice-Prefeito pela eleição e disse esperar um trabalho voltado para os anseios do povo. Finalizando desejou a todos um Ano Novo cheio de paz, alegrias e realizações. Usando da palavra o vereador José Eduardo Santana da Cruz agradeceu a Deus por mais uma oportunidade, saudou os colegas, Prefeito e Vice-Prefeito. Disse que nesta data comemoravam a festa da democracia, onde precisavam pensar no bem comum desta Terra. Também agradeceu a sua família, amigos, eleitores e ao povo de Pau-a-Pique por tamanha vitória. Disse que faria oposição, mas com respeito e disposto a ajudar



*Cidade do Balneário Dunas do Velho Chico*

em testemunho da verdade, Milena De Souza  
Rodrigues, Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem  
validade acompanhada do QR Code - CASA NOVA  
BA 11/6/2021. Valor do Ato: R\$ 5.40 E-mail: R\$  
51 Taxa: R\$ 2.79  
9777 AB287836-6  
SELO AUTENTICAÇÃO  
www.tribuna.jus.br autenticidade



em testemunho da verdade: Milena De Souza  
Rodrigues, Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem  
validade acompanhada do QR Code - CASA NOVA  
BA 11/5/2021. Valor do Ato: R\$ 5,40 Emol: R\$  
61 Taxa: R\$ 2,79  
777-AB287937-4  
SELO AUTENTICAÇÃO  
www.tiba.jus.br/autenticidade

# CÂMARA MUNICIPAL DE CASA NOVA

Praça Gilson Viana de Castro, S/N – Casa Nova/Bahia

CNPJ. 16.253.320-0001/93

Fone: 74 3536 1094 Fax: 74 3536 2504

E-mail: [camaracnova@gmail.com](mailto:camaracnova@gmail.com)

Cidade do Balneário Dunas do Velho Chico

Deus sabedoria e desejou a todos um feliz ano novo. Usou da palavra o vereador Paulo Sérgio de Brito Rocha louvando e agradecendo a Deus por este momento, saudou os colegas, parabenizou a Mesa Diretora. Na oportunidade cumprimentou o Senhor Prefeito e Vice-Prefeito pela eleição, parabenizando-os, saudou o Deputado Tum, Presidente do PT. Também cumprimentou sua esposa, Primo Joelton e toda sua família, agradeceu mais uma vez ao povo desta Terra que continua confiando em seu trabalho. Finalizando reafirmou seu compromisso com o povo, agradeceu ao Senhor Prefeito pelo compromisso com o povo, desejou a todos um 2021 cheio da graça de Deus e que pudessem vencer essa pandemia tão devastadora. Usando da palavra o vereador Roberto Amorim Souza louvando e agradecendo a Deus por mais uma oportunidade, porque para Ele e por Ele eram todas as coisas. Também saudou as autoridades presentes, saudou os colegas, sua família, companheiros de partido e todos os amigos sempre presentes em sua vida. Na oportunidade saudou o Senhor Prefeito e disse que seria oposição, mas sempre estaria disponível a atender aos anseios do povo, estaria à disposição do povo desta Terra. Finalizando desejou a todos um Ano Novo de grandes realizações. Fazendo uso da palavra o vereador Uilian Pereira dos Santos saudou os colegas, autoridades presentes, sua mãe e seu filho, aos amigos sempre presentes e que o conduziu em mais um mandato. Também cumprimentou o Senhor Prefeito e disse que sua vitória era a resposta do povo a seu trabalho, saudou o Vice-Prefeito dizendo que Santana do Sobrado estava bem representado, soube agradecer o trabalho ali realizado. Ainda agradeceu aos seus amigos que vestiram a sua camisa, que permitiram ser o vereador mais votado em seu distrito, o quinto mais votado na eleição, que continuaria seu trabalho por Santana do Sobrado e por Casa Nova. Finalizando disse que juntamente com o Senhor Prefeito continuariam esse trabalho já iniciado. Fez uso da palavra a vereadora Vilma da Silva do Nascimento agradeceu a Deus por tão importante conquista, agradeceu seu companheiro e filhos, agradeceu seus amigos e eleitores. Também saudou os colegas, a Mesa Diretora, desejou a todos um feliz ano novo. Usando da palavra o vereador Ygor Braga da Silva saudou os colegas, saudou o Prefeito e Vice-Prefeito, saudou as autoridades



Cidade do Balneário Dunas do Velho Chico

Also Robert Adams the

SEI 19.09.00868.0012931/2020-63 / pg. 58

José Eduardo de  
Ribeiro Rezende  
Paulo Sérgio de Brito Rocha  
Jonas Longo Lins  
Márcia Aparecida Castro de Araújo  
Luzia Regina de Silva  
Amaral Antonio Lopes

**TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO**  
CASA NOVA - BA

Cassio Lobão TABELIÃO  
(74) 3536-1047 | Quadra EF, nº 09, Centro | Casa Nova - BA  
tabelionatodenotaseprotestocasanova@hotmail.com

Certifico e dou fé que a cópia é a reprodução fiel do documento apresentado.

Em testemunho da verdade: Milena De Souza  
Rodrigues, Escrevente Autorizada. A etiqueta só tem  
validade acompanhada do QR Code. - CASA NOVA  
BA 11/5/2021. Valor do Ato: R\$ 5.40 Emol: R\$  
1.61 Taxa: R\$ 2.79

2777 AB287945-5

**SELO AUTENTICAÇÃO**  
[www.tiba.ius.br/autenticidade](http://www.tiba.ius.br/autenticidade)

Milena de Souza  
Escrevente

CASA NOVA - BA



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

- Retorno o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações - DCCL, informando com a via devidamente assinada pela Exma. Procuradora-Geral de Justiça.

**ALICE PARADA COSTA**  
Assessoria de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Alice Parada Costa Dionizio** em 08/62/1611, às 0: 315, conforme art. 0º, III, "b", da Lei 00.804/1669.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https3/sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](https3/sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6) informando o código verificador **0313130** e o código CRC **E4DF8900**.





CASA NOVA



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Acordo de Cooperação Administrativa que entre si celebram o Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Casa Nova, objetivando a disciplina da cessão de servidora municipal para ocupar cargo comissionado junto ao *parquet* baiano.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, do CAB, CEP: 41.745-004- Salvador, BA, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, neste ato representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, e o Município de Casa Nova, inscrito no CNPJ sob o nº 13.691.811/0001-28, com sede na Praça Dr. Gilson Viana de Castro, s/n, Centro, Casa Nova/BA, doravante denominado **CEDENTE**, neste ato representado pelo prefeito municipal, **Wilker Oliveira Torres**, no uso de suas respectivas atribuições, ajustam entre si a celebração do presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA**, o qual reger-se-á pela legislação de Direito Administrativo, especialmente pela Constituição Federal de 1988, e pela Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, mediante as cláusulas e condições que mutuamente estabelecem nos termos a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Acordo tem por objetivo estabelecer cooperação mútua entre as instituições no que diz respeito à disciplina da cessão da servidora FABRICIA BRAGA DE SOUZA, cadastro no órgão Cedente nº 10253, ocupante do Cargo efetivo de Agente de Serviços Públicos Sociais (na Secretaria de Municipal de Educação), para o Ministério Público do Estado da Bahia – MPBA, com ônus pelo órgão de destino, conforme as cláusulas a seguir discriminadas.

1.2 O(s) servidor(es) será(ão) cedido(s) sem prejuízo do regime, vencimentos, direitos e vantagens do(s) seu(s) cargo(s) efetivo(s), nos termos e condições definidos neste instrumento e na legislação aplicável aos entes celebrantes do presente ajuste.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO CUSTEIO DAS DESPESAS COM A CESSÃO E DO REEMBOLSO DE VALORES

#### 2.1 DO PAGAMENTO À SERVIDORA

2.1.1 O **CESSIONÁRIO** realizará o pagamento, diretamente à servidora cedida, da remuneração por esta percebida em razão do cargo comissionado de símbolo CMP 2- Assessor Técnico – Jurídico, pertencente ao quadro do Ministério Público do Estado da Bahia, para o qual foi nomeada por força do Edital nº 358/2019, publicado no Diário Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia do dia 06/08/2019.

2.1.2 O **CESSIONÁRIO** realizará, igualmente, o recolhimento dos encargos sociais patronais incidentes sobre as suprarreferidas remunerações, diretamente ao Regime Geral de Previdência (INSS).



**CASA NOVA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

## **2.2 DO REEMBOLSO DE VALORES ENTRE OS PARTÍCIPIES**

2.2.1 Não haverá reembolso ao **CEDENTE** de qualquer valor ou parcela remuneratória devida à servidora, em razão do pagamento direto à mesma, nos termos do **item 2.1**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPIES**

### **3.1 ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO CEDENTE**

3.1.1 Garantir a manutenção do regime, vencimentos, direitos e vantagens relativos ao cargo efetivo da servidora cedida, nos estritos termos e condições definidos na legislação aplicável à matéria, não lhe sendo devido qualquer reembolso em razão de eventuais dispêndios com a servidora cedida.

### **3.2 ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO CESSIONÁRIO**

3.2.1 Efetuar o pagamento da remuneração da servidora, relativamente ao Cargo para o qual foi empossada mencionado no item 2.1.1, de acordo com o quanto definido neste instrumento e na legislação aplicável à matéria.

3.2.2 Comprovar, mensalmente, ao **CEDENTE**, o pagamento dos valores devidos à servidora cedida por força do presente instrumento.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO**

4.1 A servidora FABRICIA BRAGA DE SOUZA desenvolverá suas atividades junto ao Ministério Público do Estado da Bahia, na lotação para a qual for designada conforme Ato/Portaria do CESSIONÁRIO, de acordo com as atribuições atinentes ao cargo para a qual foi especificamente nomeada.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

5.1 Caberá ao **CESSIONÁRIO** o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao cargo comissionado da servidora diretamente ao INSS;

## **DO ACOMPANHAMENTO E DA ALTERAÇÃO**

5.1 Caberá aos partícipes, por intermédio dos setores responsáveis conforme regimentos internos, o acompanhamento da vigência do presente instrumento, além de adotar as providências necessárias para a formalização das renovações e alterações do quadro de servidores cedidos.

5.2 O presente Acordo, em qualquer época de sua vigência, poderá ser alterado por expressa manifestação dos convenientes, mediante celebração de termo aditivo específico para tal fim.

15





#### CLÁUSULA SEXTA – DO DISTRATO, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

6.1 Este Acordo poderá, a qualquer tempo, ser consensualmente distratado ou unilateralmente denunciado por quaisquer dos partícipes, devendo, na segunda hipótese, o interessado externar formalmente a sua intenção com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para encerrar as cessões objeto do presente Termo.

6.2 Poderá ocorrer, ainda, a rescisão deste Acordo, no caso de superveniência de lei ou outro ato equivalente que torne material ou formalmente impossível, por razões de relevante e excepcional interesse público, ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, respeitado o prazo fixado nesta cláusula.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO DO AJUSTE

7.1 O presente Acordo vigorará pelo prazo inicial de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 01 de setembro de 2019, data da posse no cargo para a qual foi nomeada a servidora, convalidando-se, como de efetiva validade do Acordo, o período transcorrido entre a data consignada e a efetivação deste instrumento.

7.2 Este instrumento poderá ser prorrogado automaticamente, por sucessivo(s) período(s), desde que não haja manifestação expressa em contrato por qualquer dos Partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7.3 Na hipótese de exoneração da servidora do cargo para o qual foi nomeada na instituição **CESSIONÁRIA**, o presente instrumento será considerado extinto antecipadamente, mantendo-se a aplicabilidade das suas regras aos fatos ocorridos durante a sua vigência, em especial aquelas relativas às remunerações devidas à servidora cedida.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 Os custos operacionais referentes ao objeto deste Acordo serão cobertos pelas seguintes dotações orçamentárias, conforme a natureza de cada parcela remuneratória:

8.1.1 Pelo **CESSIONÁRIO**:

- a) Remuneração decorrente do exercício de função/cargo em comissão, bem como das parcelas referentes aos vencimentos e outras vantagens pessoais;
- b) Concessão de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde;
- c) Encargos sociais patronais;

#### CLÁUSULA NONA - DA ESTIMATIVA DE DESPESAS

*M*



**CASA NOVA**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA**

9.1 Para o exercício 2021-2022, o valor estimado para as despesas de pessoal em razão da cessão da servidora objeto deste instrumento é de R\$ 4.652,16 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais, e dezesseis centavos) mensais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA INTERPRETAÇÃO**

10.1 As dúvidas decorrentes de omissão ou de interpretação deste Acordo serão dirimidas conjuntamente pelos partícipes, observado o quanto disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, podendo ser firmados, se necessários, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

11.1 Os partícipes providenciarão a publicação do resumo do presente Acordo em seus respectivos veículos de publicação oficial, nos termos da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1 Para dirimir questões oriundas deste Acordo, será competente o Foro da Comarca de Salvador/BA, eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os efeitos legais.

Salvador/BA, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

**Wilker Oliveira Torres**  
**Prefeito Municipal**  
**Município de Casa Nova**

NORMA ANGELICA REIS CARDOSO  
CAVALCANTI

Assinado de forma digital por NORMA  
ANGELICA REIS CARDOSO  
CAVALCANTI  
Dados: 2022.03.14 15:01:53 -03'00'

**Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**  
**Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia**  
**Ministério Público do Estado da Bahia**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Considerando a conclusão do trâmite administrativo cabível, remetemos o expediente para a Diretoria de Gestão de Pessoas, acompanhado do resumo do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre este Ministério Público e o município de Casa Nova, publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.058, do dia 16 de março de 2022.

No ensejo, informamos que o mesmo encontra-se cadastrado nesta Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios sob o código B 016, com vigência final até 31/08/2022.

Por fim, sugerimos que, após os devidos registros nesta Diretoria de Gestão de Pessoas, seja o expediente encaminhado à Promotoria de Justiça interessada (Casa Nova) para ciência.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 14/02/2022, às 09:30, conforme artº 4º, III, da Lei 11.127/2005 e artº 1º, II, do Decreto 10.042/2019, com o código de verificação 0318462 e o código CRC 194B6F2E.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seisistemasfmp.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_confirmar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seisistemasfmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_confirmar&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0318462** e o código CRC **194B6F2E**.



---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

---

**GABINETE**

---

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Procedimento nº 19.09.00855.0013608/2021-20 - Processo Sancionatório para apuração de eventual ilícito administrativo praticado pela empresa HD Supri de Informática EIRELI, CNPJ 36.226.403/0001-09, representada por Agnaldo Aparecido dos Reis, consistente na inexecução total da nota de empenho nº. 40101.003.20.0002947-8. Parecer Técnico-Jurídico nº 157/2022. Decisão: O Superintendente de Gestão Administrativa, no procedimento em epígrafe, decide pela aplicação das penalidades de multa, no valor de R\$ 6.308,00 (seis mil, trezentos e oito reais) por infração ao art. 185, IV, da Lei Estadual nº. 9.433/2005 e ao art. 14, III, "c", do Decreto Estadual nº. 13.967/2012, e de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de 15 (quinze) meses, à empresa HD Supri de Informática EIRELI. Salvador, 15/03/2022.

---

**DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

---

**RESUMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA.** Procedimento SEI: 19.09.00868.0012931/2020-63. Parecer Jurídico: 648/2021. Partícipes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Casa Nova. Objeto: Estabelecer a cooperação mútua entre as instituições no que diz respeito à disciplina da cessão da servidora Fabrícia Braga de Souza pelo município ao Ministério Público do Estado da Bahia. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, a contar de 01 de setembro de 2019, data da posse da servidora no Ministério Público estadual.

**RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 021/2022- SGA.** Processo SEI: 19.09.01128.0002201/2022-29 - Dispensa nº 001/2022 – PJR Serrinha. Parecer jurídico: 874/2018. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Cleber Silva dos Santos, CNPJ nº 30.516.294/0001-70. Objeto: prestação de serviços de coleta e entrega diárias de documentos e encomendas urgentes, para atender à Promotoria de Justiça de Teofilândia/BA. Regime de execução: Empreitada por preço global. Valor global: R\$ 7.440,00 (sete mil, quatrocentos e quarenta reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0047 - Ação (P/A/OE) 7342 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 21 de março de 2022 e a terminar em 20 de março de 2023.

**PORTARIA Nº 056/2022**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.01128.0002201/2022-29, **RESOLVE** designar os servidores Patrícia Marques Pinho Coutinho, matrícula [REDACTED] e Márcio Paulo Correia Lima Santos, matrícula [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 021/2022 - SGA, relativo aos serviços de mensageiro motorizado das Promotorias de Justiça de Teofilândia e Araci.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 15 de março de 2022.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

**RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.** Nº 025/2022 - SGA. Processo SEI: 19.09.01053.0002754/2022-84. Dispensa de Licitação nº 002/2022 – PJR Jequié. Parecer jurídico: 874/2018. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e empresa Ação Segurança Eletrônica Ltda, CNPJ nº 33.412.384/0001-09. Objeto: prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento, na Promotoria de Justiça Regional de Jequié. Empreitada por preço unitário. Valor global: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0034 – Ação (P/A/OE) 4058 - Região 7400 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 30.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de 01 de abril de 2022 até 31 de março de 2023.

**PORTARIA Nº 066/2022**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.01053.0002754/2022-84, **RESOLVE** designar os servidores Givanildo de Amorim Santana, matrícula [REDACTED] e Márcio Henrique Alves Santos, matrícula [REDACTED], para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 025/2022 - SGA, relativo aos serviços de monitoramento eletrônico da Promotoria de Justiça Regional de Jequié.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 15 de março de 2022.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À

CPDP,

Para controle e demais providências.



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 31/03/2022, às 16:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0328079** e o código CRC **805E168E**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### DESPACHO

Em atendimento ao despacho da Diretoria de Gestão de Pessoas, informa-se que esta CPDP registrou o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre este Ministério Público e o município de Casa Nova, publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.058, do dia 16 de março de 2022 nos controles internos e opina que esta informação seja registrada no cadastro da servidora, no Sistema FPW.

Diante do exposto, encaminhe-se à Diretoria de Gestão de Pessoas para conhecimento e, se de acordo, envio à Coordenação de Administração de Pessoal para registro no FPW.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Figueira de Carvalho** em 11/04/2022, às 16:12, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0335635** e o código CRC **78E51729**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

À

CAP,

Para atualização na folha de pagamento.



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo de Souza Alves** em 12/04/2022, às 18:48, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0338028** e o código CRC **BF06D1B1**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

À

DGP Apoio Técnico Jucelia.

Para providências de registro no sistema FPW da Cessão da Servidora FABRICIA BRAGA DE SOUZA, matrícula nº 3 [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Oliveira Moitinho** em 12/04/2022, às 19:34, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0338037** e o código CRC **3396250D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

Foi realizado o registro da cessão em outras ocorrência e em atributos no FPW.



Documento assinado eletronicamente por **Jucelia de Oliveira Nascimento** em 29/04/2022, às 15:06, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0348715** e o código CRC **B587F665**.